



obras
sociais
Viseu

RELATÓRIO E CONTAS

2020

Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e Serviços Municipalizados de Viseu
Rua José Branquinho, Bloco F, Cave, 3510 – 001 Viseu
NIF 503 018 546



RELATÓRIO E CONTAS

2020

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos vimos apresentar o relatório e contas das Obras Sociais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O ano de 2020 ficará assinalado na história da Humanidade como o ano de início da propagação global da pandemia causada pelo novo vírus SARS-Cov-2, causador da doença COVID-19. Embora ainda sem ser possível estimar com segurança a futura evolução desta pandemia, poderá desde já perspetivar-se que será geradora de uma das mais profundas e graves crises de ordem económica e social, o que acentuará, inevitavelmente, as desigualdades e vulnerabilidades sociais em todo o mundo.

Também nas Obras Sociais, as consequências diretamente geradas pela pandemia e pelas medidas de confinamento impostas pelas autoridades competentes, produziram significativos impactos negativos no funcionamento dos serviços desta instituição e, mais gravosamente, no desempenho ao nível das várias respostas sociais em que atuamos. Quer pelo impacto dos condicionalismos operacionais e redução dos níveis das atividades desenvolvidas, quer quanto às consequências adversas de ordem económica e financeira, não obstante o esforço e dedicação demonstrado por todos os colaboradores da Instituição, não foi possível atingir os níveis de desempenho perspetivados para o exercício de 2020.

1. AS OBRAS SOCIAIS NO ATUAL CONTEXTO

A associação foi constituída há 54 anos com o desígnio de “obra social” para benefício dos servidores da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Viseu, conforme os estatutos e a própria denominação ainda expressam, tendo sido mais tarde



alargado o seu âmbito aos colaboradores das Câmaras Municipais de Mangualde, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão e da Junta de Freguesia de Viseu. Ao longo de mais de meio século da existência desta associação, muitas e profundas foram as mudanças ocorridas no meio envolvente, a vários níveis, que alteraram significativamente os pressupostos e as motivações que presidiram à constituição das Obras Sociais.

Para além das mudanças de ordem sociocultural e do próprio funcionamento do mercado que, por exemplo, anularam o sentido da existência do supermercado e do refeitório próprios, foram sobretudo alterações de ordem legal que maior impacto negativo provocaram na atividade e no funcionamento desta associação. O impedimento legal imposto aos membros institucionais (Câmaras Municipais) de apoiarem financeiramente as Obras Sociais para benefício aos seus servidores, constituiu uma radical redução dos pressupostos e das condições que deram origem à sua constituição.

Dos condicionalismos acima referidos resultou uma natural e significativa redução do número de associados que, no final de 2020, se resumiam a 350, sendo 201 associados no ativo e 149 associados aposentados e familiares, conforme é apresentado na tabela seguinte.

Tabela 1 - Associados das Obras Sociais em 2020

| INSTITUIÇÕES DE ORIGEM | ASSOCIADOS (Nº) | | |
|--|-----------------|--------------------------|------------|
| | No ativo | Aposentados e familiares | Total |
| Câmara Municipal de Viseu | 135 | 114 | 249 |
| Serviços Municipalizados de Viseu | 23 | 13 | 36 |
| Câmara Municipal de Mangualde | 8 | 9 | 17 |
| Câmara Municipal de Oliveira de Frades | | 1 | 1 |
| Câmara Municipal de Penalva Castelo | 1 | 2 | 3 |
| Câmara Municipal do Sátão | 4 | | 4 |
| Junta de Freguesia de Viseu | | 2 | 2 |
| Obras Sociais de Viseu | 27 | 7 | 34 |
| Ex-Governo Civil de Viseu | | 1 | 1 |
| Outros (artº 4º, nº 1, alínea g), dos Estatutos) | 3 | | 3 |
| TOTAIS | 201 | 149 | 350 |

Em 2020, o total dos rendimentos provenientes das quotas dos associados foi de 7 980,00€



(665,00€ por mês), valor que corresponde à quota mensal de 1,90€ por associado.

Em termos de benefícios diretos para os associados, para além do seguro de saúde (grupo) que, em 2010, se resumiu a 36 utentes (cerca de 10% do total de associados), houve ainda 7 associados com crianças a usufruírem da área de Apoio à Família (creche, estabelecimento de educação pré-escolar e centro de atividades de tempos livres), cujos benefícios, no seu conjunto, corresponderam a um total anual de, apenas, 965,22€.

A redução do volume de algumas atividades e a supressão de outras, por falta de suporte financeiro, levou a que a Direção, ao longo dos últimos anos, tenha vindo a reorientar as Obras Sociais no sentido do desenvolvimento de outras atividades que, embora consentâneas com os fins genéricos estatutariamente definidas (*apoio à família, a proteção à infância, juventude, terceira idade e deficientes, a promoção e proteção da saúde, educação e formação profissional*), não são dirigidas aos seus associados, mas visam, sobretudo, as comunidades dos territórios em que a instituição se insere, particularmente as pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade, exclusão social, fragilidade decorrente de desemprego ou pobreza, ou em situação de emergência social.

As Obras Sociais passaram, assim, a assumir um verdadeiro papel de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Nesse sentido, a sua intervenção deixou de ser exclusiva e principalmente no âmbito dos servidores das Câmaras Municipais, passando o seu foco de atuação a ser dirigido, principalmente, para os grupos populacionais que, nos territórios da região, apresentam maiores níveis de fragilidade social, isto é, pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, ou em situação de emergência social.

A intervenção social desta associação passou, assim, a ser fortemente dependente da mobilização dos suportes financeiros decorrentes, principalmente, das linhas de apoio decorrentes de programas e projetos de desenvolvimento social comunitário, de intervenção no âmbito do serviço social e outros baseados em estratégias de desenvolvimento social, de origem nacional ou, até, internacional.

Por outro lado, importa salientar que, não obstante o mérito que nos últimos anos



tem vindo a ser reconhecido às atividades sociais que a associação tem desenvolvido, a manutenção da sua denominação (Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e Serviços Municipalizados de Viseu), bem como da sua formulação estatutária impedem, legalmente, as Câmaras Municipais de a apoiarem financeiramente como, eventualmente, poderiam apoiar, em linha com os apoios que anualmente concedem a outras IPSS dos respetivos territórios.

2. ESTRATÉGIA

Em 2020, no âmbito do processo de reflexão estratégica que foi desenvolvido, a Direção das Obras Sociais formulou a estratégia da instituição nos seguintes termos:

Visão

Ser um parceiro de referência na intervenção social e comunitária.

Missão

Contribuir para a longevidade feliz das pessoas, ao longo do seu percurso de vida, promovendo, na comunidade em que nos inserirmos, a saúde, a segurança, a participação e a aprendizagem, potenciando a autonomia, a não discriminação e a inclusão.

Prioridades e objetivos estratégicos

| Prioridades estratégicas | | Objetivos estratégicos |
|--|---|---|
| Sustentabilidade financeira da Instituição | Adequação da resposta às necessidades sociais, desenvolvendo a intervenção de proximidade, privilegiando relações de parceria | <ol style="list-style-type: none"> Promover a autonomia e a qualidade de vida das pessoas Estimular o empreendedorismo social no desenvolvimento de projetos inovadores Contribuir para a melhoria das relações intergeracionais Reforçar as relações de parceria Melhorar a notoriedade das Obras Sociais |
| | Inovação e empreendedorismo social | <ol style="list-style-type: none"> Fortalecer os mecanismos de apoio ao modelo de governação, apostando na modernização dos processos internos |
| | Valorização e desenvolvimento do capital humano | <ol style="list-style-type: none"> Valorizar e motivar os colaboradores, garantindo uma maior coesão interna |



Associação do Pessoal da Câmara Municipal de Viseu
4/17
A [Signature]

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2020

Não obstante os condicionalismos que a partir de março de 2020 tivemos que enfrentar em face das restrições impostas no âmbito do combate à pandemia da COVID-19, no decurso do ano em análise foram realizadas as atividades inerentes às respostas sociais e ao desenvolvimento da instituição, conforme abaixo se sintetiza.

3.1. Área de Apoio à Família

Prosseguiram-se as atividades da creche, estabelecimento de educação pré-escolar e centro de atividades de tempos livres (CATL), com base em acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social. Estas respostas têm como objetivo apoiar as famílias e promover o desenvolvimento pessoal e social das crianças a partir dos 3 meses.

Esta área de atividade inclui um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social, num ambiente seguro e estimulante, sendo que, durante o ano de 2020, o número médio de crianças utentes foi de 97, conforme é apresentado na tabela seguinte.

Tabela 2 - Utentes da Área de Apoio à Família em 2020

| Resposta social | Nº médio de crianças |
|---------------------------------------|----------------------|
| Creche | 37 |
| Educação pré-escolar | 27 |
| Centro de atividades de tempos livres | 33 |
| Total | 97 |

3.2. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

Em 2020 foi dada continuidade à resposta social SAAS que se seguiu ao projeto Rede Local de Intervenção Social (RLIS), com uma duração de 36 meses.

Tendo por base um acordo com a Segurança Social, esta resposta social assenta numa



lógica de intervenção articulada e integrada de diversos organismos e entidades e visa assegurar o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, ou em situação de emergência social.

A *Tabela 3* mostra o número de utentes que foram envolvidos nas atividades e intervenções do SAAS, ao longo do ano de 2020.

Tabela 3 - Uteses do SAAS em 2020

| Uteses | Nº |
|----------------------------|-------|
| Famílias em acompanhamento | 504 |
| Indivíduos beneficiários | 1 136 |

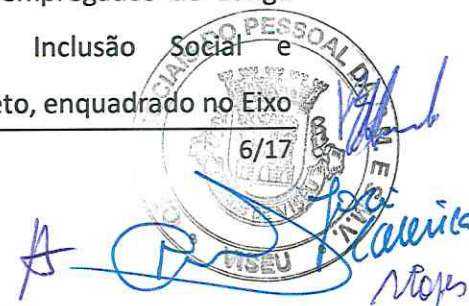
3.3. Área de Formação e Projetos

Conforme já referido no ponto 1 do presente relatório, a nova realidade das Obras Sociais terá de ser suportada pela mobilização de financiamentos referentes, principalmente, a linhas de apoio disponíveis para programas e projetos de desenvolvimento social comunitário. Mas também na área da formação foram identificadas oportunidades de grande interesse, tendo igualmente em vista a atual missão das Obras Sociais e o facto de já serem uma entidade certificada pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Assim, não poderia esta associação deixar de se organizar para melhor poder identificar as oportunidades e as linhas de apoio já existentes e as que futuramente venham a ser lançadas, preparar e submeter as respetivas candidaturas e proceder com rigor ao controlo da respetiva execução material e financeira dos projetos.

Nesse sentido, em 2020 foi dado um novo impulso com a reorganização e desenvolvimento da Área de Formação e Projetos, com a contratação de um quadro qualificado e muito experiente nesta atividade.

Apesar das restrições inerentes à pandemia, no último trimestre do ano em análise foi possível retomar a atividade formativa dirigida a Desempregados de Longa Duração (DLD), no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, cofinanciado pelo Fundo Social Europeu. Este projeto, enquadrado no Eixo



III – *Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação*, visa o desenvolvimento das competências dos grupos potencialmente mais vulneráveis, no sentido de facilitar a sua reintegração na vida ativa. Assim, foram realizadas com sucesso duas ações de formação que envolveram 52 formandos, correspondendo a um *volume total de formação realizado*¹ de 1 938.

3.4. Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

Criado em 2007 ao abrigo de financiamento comunitário, o Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social visa a promoção da inclusão social de grupos populacionais com maiores níveis de fragilidade social num determinado território e corresponde a uma intervenção de proximidade realizada em parceria com as câmaras municipais.

Em agosto de 2020 iniciámos a execução de dois projetos CLDS - 4G, denominados **Viseu Comunidade de Afetos** e **Viseu Positivo**, ambos com uma duração de 36 meses. A *Tabela 4* mostra a dotação orçamental aprovada para estes dois projetos, cujo período de execução decorrerá entre agosto de 2020 e agosto de 2023.

Tabela 4 - Dotação orçamental aprovada para os projetos CLDS (2020 – 2023)

(Valores em Euros)

| Projeto | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | Total por projeto |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|-------------------|
| Viseu Comunidade de Afetos | 125 012 | 166 682 | 166 682 | 41 671 | 500 046 |
| Viseu Positivo | 81 035 | 108 046 | 108 046 | 27 012 | 324 139 |
| Total anual | 206 046 | 274 728 | 274 728 | 68 682 | 824 185 |

O âmbito territorial das intervenções destes dois projetos corresponde às 25 freguesias do município de Viseu e, não obstante as limitações decorrentes das restrições impostas face à pandemia da COVID-19, nos primeiros seis meses de implementação das atividades destes projetos foram realizadas ações que envolveram 155 participantes.

¹ Volume de formação é o produto do número de formandos pelo número de horas de duração da ação.

3.5. Centro Apoio Alzheimer Viseu (CAAV)

O CAAV tem como objetivo central melhorar a qualidade de vida das pessoas com demência, dos seus cuidadores informais e formais e das suas famílias, desenvolvendo diversas atividades de que se destacam: Apoio Psicossocial; Estimulação Cognitiva e Psicoterapia; Grupos de Suporte; Passeio da Memória; Café Memória Viseu. Simultaneamente, o CAAV desenvolve ações de sensibilização, informação, formação e capacitação com o objetivo de construir uma comunidade amiga das pessoas com demência, destacando-se a realização de seminários; conferências e *workshops*.

A tabela abaixo evidencia o volume das atividades desenvolvidas pelo CAAV em 2020.

Tabela 5 - Atividades desenvolvidas pelo CAAV em 2020

| Atividades | | Total | Média mensal |
|-------------------|---------------------|-------|--------------|
| Atendimentos | Nº de sessões | 717 | 60 |
| | Nº de participantes | 425 | 35 |
| Ações de formação | Nº de ações | 5 | - |
| | Nº de formandos | 138 | - |

3.6. Bar do Município

Em 2016, as Obras Sociais foram convidadas pelo município de Viseu a assegurar o funcionamento do serviço do bar existente nas instalações dos Paços do Concelho, destinado a servir os colaboradores desta entidade, de segunda a sexta-feira, com preços controlados.

Tendo em conta o limitado volume de negócio e os custos fixos envolvidos, que incluem três colaboradoras, este serviço foi sempre deficitário, situação significativamente agravada pela concorrência direta de várias máquinas de *vending* instaladas no edifício. E mais se agravou em 2020 com a quebra de negócio em resultado do regime de teletrabalho de muitos colaboradores do município, em consequência das medidas de confinamento impostas pela pandemia.

Face ao prejuízo de cerca de 20 milhares de euros, apresentado em 2020, foram efetuadas



A

diversas diligências junto da Presidência e dos Serviços do Município, com o intuito de se encontrarem vias de solução para a gravosa situação. Em face dos resultados infrutíferos dessas diligências, a Direção das Obras Sociais viu-se forçada a deixar de prestar este serviço, a partir de 2021, desde logo por se tratar de uma atividade para a qual esta instituição não está vocacionada, nem se enquadrar na sua missão estratégica.

3.7. Outras áreas e projetos desenvolvidos

No âmbito da iniciativa pública “Portugal Inovação Social”, foi aprovada uma candidatura que submetemos para apoio financeiro ao desenvolvimento de competências de gestão, destinado a organizações da Economia Social que pretendem implementar com sucesso um projeto de inovação social.

Este projeto incluiu um Diagnóstico de Necessidades de Capacitação que foi realizado previamente à candidatura.

Em 2020 teve início, e decorrerá por um período de 18 meses, a fase de implementação de três intervenções distintas, mas complementares, nos seguintes âmbitos: Modelo de criação de valor; Marketing, comunicação e angariação de fundos; Estrutura, governação, liderança e recursos humanos.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em 2020 registou-se um crescimento de 27,5% no total dos rendimentos da atividade operacional, comparativamente com o ano anterior. Para este crescimento contribuiu, fundamentalmente, o acréscimo de 51,6% de subsídios e outros apoios, de que se destacam os que se referem aos projetos SAAS e CLDS, bem como os que resultam de acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social para as respostas sociais da área de Apoio à Família.

O crescimento da rubrica de projetos permitiu, assim, compensar o decréscimo de -26,2% registado em vendas e serviços prestados, resultante, fundamentalmente, das medidas de confinamento impostas pelas autoridades competentes em face da

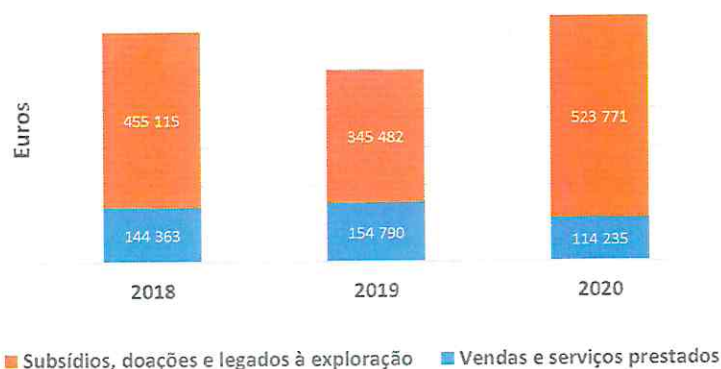


A [Signature] Jori Calvo
9/17
Stop

pandemia da COVID-19.

O *Gráfico 1* evidencia a evolução registada nos últimos três anos nos rendimentos da atividade operacional. Saliente-se a importância crescente da rubrica referente aos projetos que, em 2020, corresponde a 82,1% do total dos rendimentos da atividade operacional das Obras Sociais, e que expressa, claramente, a atual realidade desta Instituição.

Gráfico 1 - Evolução dos rendimentos da atividade operacional

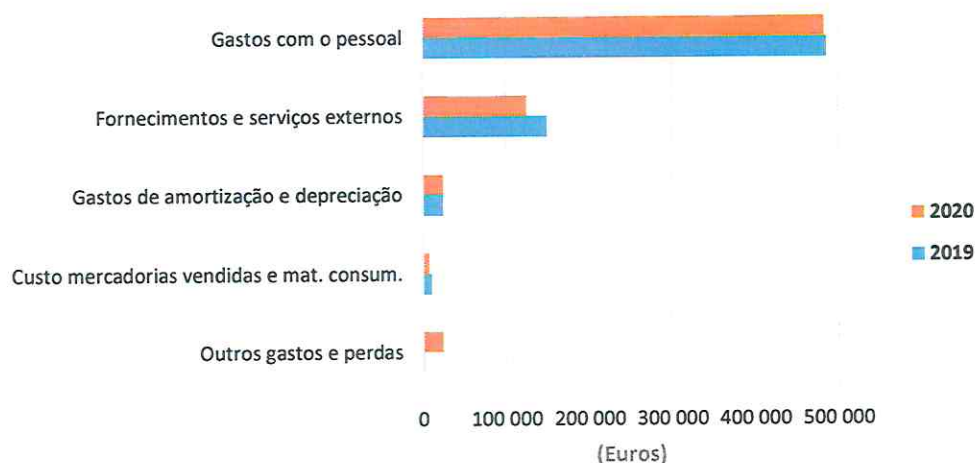


No exercício de 2010 foi apurado um resultado líquido positivo de 18 313,44€ que compara com o resultado negativo de -167 195,37€ do ano anterior. Também o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) foi positivo, no montante de 22 258,04€, valor que compara com o valor negativo apurado no exercício de 2019 (-163 242,02€).

Os gastos operacionais, que em 2020 ascenderam a 667 milhares de euros, mantiveram-se sem alteração significativa (-0,9%) relativamente ao exercício anterior.

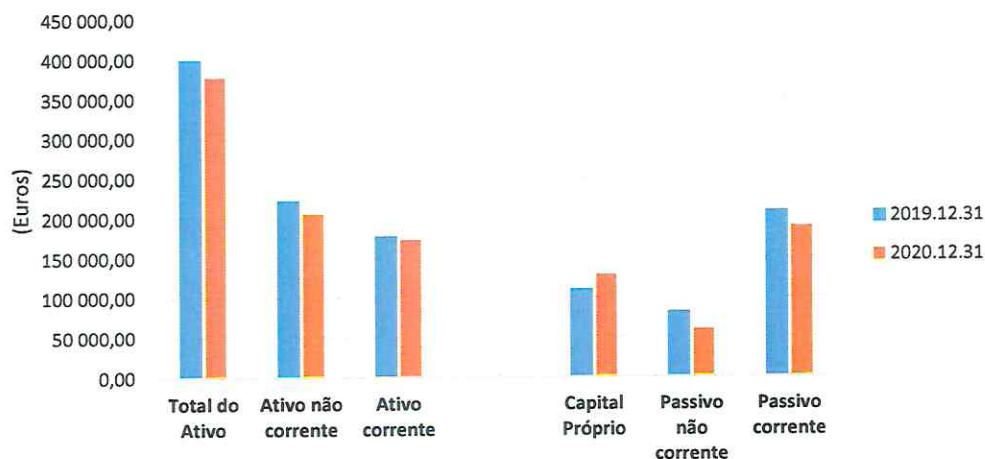
O *Gráfico 2* mostra a estrutura dos gastos operacionais e a sua evolução nos dois últimos exercícios. A rubrica “gastos com o pessoal”, com 72,6% em 2020 (72,3% em 2019) é a que maior peso relativo apresenta no total dos gastos operacionais, seguindo-se os “fornecimentos e serviços externos” com 18,8% (22,2% em 2019).

Gráfico 2 – Estrutura dos gastos operacionais em 2020



Pese embora a fragilizada estrutura financeira das Obras Sociais, a análise do balanço permite concluir que no final do ano de 2020 a situação financeira se encontrava equilibrada, tendo a sua autonomia financeira² passado de 0,28 (em 2019.12.31) para 0,34 (em 2020.12.31).

Gráfico 3 – Análise comparativa da estrutura dos balanços em 2019.12.31 e 2020.12.31



Não obstante a situação financeira estar equilibrada no final de 2020, o crescente volume de rendimento proveniente dos projetos desenvolvidos, cujo reembolso é processado após demonstração das despesas realizadas e pagas, levou a um

² Autonomia financeira = Fundos patrimoniais / Ativo



acréscimo das necessidades em fundo de maneiio, facto que obrigou a um aumento de 20 719,85€ do financiamento bancário obtido.

5. PERSPETIVAS FUTURAS

A Direção encara o futuro com otimismo, embora consciente das enormes responsabilidades e desafios que se lhe colocam, mas que sempre assumirá como novas oportunidades para alcançar a visão formulada para as Obras Sociais, no cumprimento da sua missão.

A entrada em vigor do decreto-lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência para os municípios e entidades intermunicipais das competências no domínio da ação social, estabelecidas no quadro da lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, poderá constituir uma excelente oportunidade de agilizar os processos de decisão/execução material de um conjunto de programas e de ações para os quais as Obras Sociais possuem recursos técnicos e reconhecidas competências alicerçadas numa já longa experiência. Nesse âmbito se incluem os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), o Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS), bem como a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública.

Nessa perspetiva, acreditamos que a histórica ligação, de mais de meio século, das Obras Sociais a um conjunto de Municípios da Região, poderá caucionar um reforço dos níveis de colaboração e compromisso na prossecução das referidas ações de ordem social.

Por outro lado, também as opções governamentais expressas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, relativamente à redução das vulnerabilidades sociais, poderão sustentar expectativas relativamente aos apoios que se espera possam contribuir para o reforço das condições e para o desenvolvimento de atividades no âmbito das respostas sociais para as quais a nossa instituição está direcionada.

Está em fase de estudo o estabelecimento de dois protocolos, no âmbito do Centro de Apoio ao Alzheimer de Viseu, que permitirão densificar a intervenção da



instituição no que concerne à prestação de serviços às pessoas com demência e aos seus familiares, na formação e capacitação de cuidadores formais e no desenvolvimento de campanhas de informação e sensibilização que contribuam para influenciar decisores políticos e outros líderes sociais a investir mais e melhor, tendo como pressuposto, enunciado em 2012 pela OMS, que a demência é uma prioridade de saúde pública. Prevê-se para o mês de setembro de 2021 a realização de uma primeira ação, em parceria com a entidade espanhola ASIPA, para formalizar a parceria e apresentar o modelo de trabalho que poderá estar na génese da criação de uma nova resposta social.

Já foram realizadas diligências para podermos integrar a maior organização mundial dedicada à doença de Alzheimer e outras demências, *Alzheimer's Disease International* (ADI). Está prevista, para o mês de outubro, a nossa participação na Universidade de Alzheimer (UA) durante três dias, dedicada a associações emergentes. Esta participação dará início ao Programa de Desenvolvimento de Associado com a duração de dois anos. Cumprido este pressuposto, a nossa instituição passará a ser a entidade que representará Portugal, na ADI, contribuindo para os objetivos da rede, disseminado, no nosso país, as boas práticas internacionais e implementando as ações de combate à demência que requerem esforços a nível global, nacional e local.

6. AGRADECIMENTOS

A atividade desenvolvida em 2020, bem como as condições económicas e o equilíbrio financeiro das Obras Sociais não seriam possíveis sem o importante contributo de um vasto conjunto de pessoas e entidades públicas, empresas fornecedoras de bens e serviços, profissionais independentes e outros que em nós tem confiado e nos têm honrado com a sua disponibilidade e colaboração. Queremos, por isso, expressar a nossa profunda gratidão a todos, embora não possamos deixar de destacar a Segurança Social, as Câmaras Municipais membros institucionais das Obras Sociais, em particular a Câmara Municipal de Viseu, o Instituto Politécnico de Viseu a



Associação de Pessoal das Obras Sociais de Viseu
13/17
VISEU
A
D
Edui.
stop

Bestcenter e a Alzheimer Portugal.

Aos nossos colaboradores expressamos um reconhecido agradecimento pela dedicação, profissionalismo e disponibilidade que demonstraram no desempenho das suas funções, num contexto particularmente difícil decorrente do estado de pandemia que vivemos.

A todos os nossos associados e, em especial, aos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal manifestamos publicamente o nosso profundo reconhecimento pela confiança que em nós depositaram e pelo apoio que nos dispensaram.

Ao nosso Contabilista Certificado, Dr. Vítor Costa, e ao nosso Gabinete Jurídico, na pessoa da Dr.ª Liliana Duarte, o reconhecimento e agradecimento pelo apoio no cumprimento das obrigações fiscais e legais, bem como na assessoria técnica dos múltiplos assuntos com os quais, recorrentemente, nos deparamos.

Um agradecimento ao Professor Samuel Barros pelo trabalho realizado, no que concerne à melhoria dos instrumentos de gestão, que nos permite otimizar os recursos e transmitir com mais clareza e profundidade a evolução económica, financeira e patrimonial da instituição, bem como analisar o presente e perspetivar o futuro com maior segurança, de modo a que possam ser tomadas decisões devidamente informadas e fundamentadas.

Viseu, 31 de maio de 2021

A Direção

José António Gonçalves Carreira (Presidente)

José Miguel Santos Costa (Vice-Presidente)

Marco Paulo dos Santos Almeida (Tesoureiro)

António Jorge de Sousa Monteiro Saraiva (Vogal)

José Manuel de Souza Lopes (Secretário)



A

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Liliana", "Vitor", and "Rosa".

Demonstrações Financeiras


A.  

Balanço

(Euros)

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|---|-----------|-------------------|-------------------|
| | | 2020.12.31 | 2019.12.31 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 199 560,55 | 217 250,85 |
| Outros créditos e ativos não correntes | | 5 476,11 | 4 550,20 |
| | | 205 036,66 | 221 801,05 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 7 | 1 004,30 | 485,15 |
| Créditos a receber | 11 | 117 197,75 | 147 297,21 |
| Diferimentos | | 85,33 | |
| Caixa e depósitos bancários | | 54 631,93 | 29 397,40 |
| | | 172 919,31 | 177 179,76 |
| Total do ativo | | 377 955,97 | 398 980,81 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| | 15 | | |
| Resultados transitados | | 110 692,23 | 277 004,99 |
| Resultado líquido do período | | 18 313,44 | (167 195,37) |
| Total dos fundos patrimoniais | | 129 005,67 | 109 809,62 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões específicas | | 5 841,19 | |
| Financiamentos obtidos | 11 | 53 972,88 | 81 239,47 |
| | | 59 814,07 | 81 239,47 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 11 | 21 850,28 | 34 691,05 |
| Estado e outros entes públicos | | 29 883,65 | 16 660,79 |
| Financiamentos obtidos | 11 | 71 986,44 | 24 000,00 |
| Outros passivos correntes | 11,12 | 65 415,86 | 132 579,88 |
| | | 189 136,23 | 207 931,72 |
| Total do passivo | | 248 950,30 | 289 171,19 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 377 955,97 | 398 980,81 |



 ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA C.M. DE VISEU
 16/17
 A
 João Calisto
 Stop

Demonstração dos resultados por naturezas

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | (Euros) | |
|---|-------|------------------|--------------------|
| | | PERÍODOS | |
| | | 2020 | 2019 |
| Vendas e serviços prestados | 8 | 114 234,56 | 154 789,65 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 10 | 523 770,68 | 345 481,74 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 7 | -8 038,60 | -10 617,30 |
| Fornecimentos e serviços externos | 8 | -125 476,89 | -149 589,54 |
| Gastos com o pessoal | 12 | -484 081,35 | -486 307,56 |
| Outros rendimentos | 8 | 51 124,62 | 9 559,90 |
| Outros gastos | | -24 377,18 | -2 095,75 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 47 155,84 | -138 778,86 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 | -24 897,80 | -24 463,16 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 22 258,04 | -163 242,02 |
| Juros e gastos similares suportados | | -3 944,60 | -3 953,35 |
| Resultado antes de impostos | | 18 313,44 | -167 195,37 |
| Resultado líquido do período | | 18 313,44 | -167 195,37 |




A
 17/17
 José Carlos Reis

Anexo às Demonstrações Financeiras

ANO : 2020



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: OBRAS SOIAIS DO PESSOAL DOS CM E SMVISEU
Número de identificação 503118546
Natureza da atividade: IPSS

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).
Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2019.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes. As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos. As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo. De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de

depts

A
depts
Calisto
depts



financiamento, nem gastos administrativos.

Cientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Loações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que

decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

| Descrição | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros AFT | AFT em curso | Adiantamentos AFT | TOTAL |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Valor bruto no início | 23 724,77 | 518 447,87 | 202 595,33 | 45 922,39 | 125 794,99 | | 41 276,03 | 5 131,70 | | 962 893,08 |
| Depreciações acumuladas | | 329 051,31 | 200 219,33 | 50 455,56 | 125 000,00 | | 40 916,03 | | | 745 642,23 |
| Saldo no início do período | 23 724,77 | 189 396,56 | 2 376,00 | (4 533,17) | 794,99 | | 360,00 | 5 131,70 | | 217 250,85 |
| Variações do período | | (20 387,22) | (681,26) | 4 533,17 | (794,99) | | (360,00) | (5 131,70) | | (22 822,00) |
| Total de aumentos | | | | | | | | | | |
| Total diminuições | | 17 425,76 | 681,27 | 5 200,00 | 1 590,77 | | | | | 24 897,80 |
| Depreciações do período | | 17 425,76 | 681,27 | 5 200,00 | 1 590,77 | | | | | 24 897,80 |
| Outras transferências | | (2 961,46) | 0,01 | 9 733,17 | 795,78 | | (360,00) | (5 131,70) | | 2 075,80 |
| Saldo no fim do período | 23 724,77 | 169 009,34 | 1 694,74 | | | | | | | 194 428,85 |
| Valor bruto no fim do período | 23 724,77 | 518 447,87 | 202 595,23 | 45 922,39 | 133 002,49 | | 41 276,03 | | | 964 968,78 |
| Depreciações acumuladas no fim do período | | 349 438,53 | 200 900,49 | 45 922,39 | 133 002,49 | | 41 276,03 | | | 770 539,93 |

Quadro comparativo:

| Descrição | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros AFT | AFT em curso | Adiantamentos AFT | TOTAL |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|--------------------|
| Valor bruto no início | 23 724,77 | 518 447,87 | 202 595,23 | 45 922,39 | 121 866,37 | | 41 276,03 | 5 131,70 | | 958 964,36 |
| Depreciações acumuladas | | 333 662,43 | 199 537,97 | 45 255,56 | 117 679,16 | | 25 043,85 | | | 721 178,97 |
| Saldo no início do período | 23 724,77 | 184 785,44 | 3 057,26 | 666,83 | 4 187,21 | | 16 232,18 | 5 131,70 | | 237 785,39 |
| Variações do período | | 4 611,12 | (681,26) | (5 200,00) | (3 392,22) | | (15 872,18) | | | (20 534,54) |
| Total de aumentos | | 22 036,88 | 174,72 | | | | | | | 22 211,60 |
| Outros aumentos | | 22 036,88 | 174,72 | | | | | | | 22 211,60 |
| Total diminuições | | 17 425,76 | 855,98 | 5 200,00 | 3 392,22 | | 15 872,18 | | | 42 746,14 |
| Depreciações do período | | 17 425,76 | 855,98 | 5 200,00 | 981,42 | | | | | 24 463,16 |
| Outras diminuições | | | | | 2 410,80 | | 15 872,18 | | | 18 282,98 |
| Saldo no fim do período | 23 724,77 | 189 396,56 | 2 376,00 | (4 533,17) | 794,99 | | 360,00 | 5 131,70 | | 217 250,85 |
| Valor bruto no fim do período | 23 724,77 | 518 447,87 | 202 595,33 | 45 922,39 | 125 794,99 | | 41 276,03 | 5 131,70 | | 962 893,08 |
| Depreciações acumuladas no fim do período | | 329 051,31 | 200 219,33 | 50 455,56 | 125 000,00 | | 40 916,03 | | | 745 642,23 |

Handwritten signature



7 - Inventários

- 7.1. **Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**
 Já referido no ponto 3.1

- 7.2. **Quantia escriturada de inventários**

| Descrição | Mercadorias | Mat. Primas e Subsid. | Total Período | Mercadorias Per. Anterior | Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior | Total Per. Anterior |
|---|-------------|-----------------------|-----------------|---------------------------|---------------------------------|---------------------|
| APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS | | | | | | |
| Inventários iniciais | | 485,15 | 485,15 | | | |
| Compras | | 8 557,75 | 8 557,75 | | 11 102,45 | 11 102,45 |
| Reclassificação e regularização de inventários | | | | | | |
| Inventários finais | | 1 004,30 | 1 004,30 | | 485,15 | 485,15 |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | | 8 038,60 | 8 038,60 | | 10 617,30 | 10 617,30 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | | | | |

8 - Rendimentos e gastos

- 8.1. **Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

Já descrita no ponto 3.1.

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|-----------------------|-------------------|---------------------|
| Vendas de bens | 24 805,30 | 37 058,00 |
| Prestação de serviços | 89 429,26 | 117 731,65 |
| Total | 114 234,56 | 154 789,65 |

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|---|-------------------|---------------------|
| Serviços especializados | 49 538,94 | 53 546,45 |
| Trabalhos especializados | 26 407,26 | 21 426,94 |
| Publicidade e propaganda | 5 250,87 | 116,85 |
| Honorários | 13 532,75 | 27 930,41 |
| Comissões | 1 775,49 | 2 659,01 |
| Conservação e reparação | 2 572,57 | 1 413,24 |
| Materiais | 32 917,70 | 35 081,68 |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 4 677,42 | 933,94 |
| Livros e documentação técnica | 151,89 | 85,78 |
| Material de escritório | 2 259,02 | 1 465,28 |
| Artigos para oferta | 711,10 | 10,00 |
| Outros | 25 118,27 | 32 586,68 |
| Energia e fluidos | 14 663,62 | 17 500,48 |
| Eletricidade | 12 803,14 | 14 510,21 |
| Combustíveis | 1 194,18 | 2 655,57 |
| Água | 613,96 | 259,07 |
| Outros | 52,34 | 75,63 |
| Serviços diversos | 28 356,63 | 43 460,93 |
| Rendas e alugueres | 7 669,78 | 5 741,59 |
| Comunicação | 7 673,13 | 5 539,92 |
| Seguros | 5 648,70 | 5 724,89 |
| Contencioso e notariado | 100,00 | 1 057,23 |
| Despesas de representação | 30,00 | 40,00 |
| Limpeza, higiene e conforto | 4 401,64 | 6 803,26 |
| Outros serviços | 2 833,38 | 18 554,04 |
| Total | 125 476,89 | 149 589,54 |

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Já descrito no ponto 3.1

| Descrição | Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant. | Do Estado - Valor Atribuído Período | Do Estado - Valor Imputado Período | Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant. | Outras Ent.- Valor Atribuído Período | Outras Ent.- Valor Imputado Período | Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant. | Das Quais UE - Valor Atribuído Período | Das Quais UE - Valor Imputado Período |
|---|------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|--|---------------------------------------|
| Subsídios ao investimento | | | | | | | | | |
| Para ativos fixos tangíveis | | | | | | | | | |
| Para ativos intangíveis | | | | | | | | | |
| Subsídios à exploração | | | | | | | | | |
| Valor dos reembolsos efetuados no período | | 523 770,68 | | | | | | | |
| De subsídios ao investimento | | | | | | | | | |
| De subsídios à exploração | | 523 770,68 | | | | | | | |
| Total | | (523 770,68) | | | | | | | |

7 *[Handwritten signature]*



11 - Instrumentos financeiros

11.9. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

| Descrição | Mensurados ao justo valor | Mensurados ao custo amortizado | Mensurados ao custo | Imparidade acumulada | Reconhecimento Inicial |
|---------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|
| Ativos financeiros: | | | 141 658,07 | | |
| Cientes e utentes | | | 23 821,87 | | |
| Outras contas a receber | | | 117 836,20 | | |
| Passivos financeiros: | | | 132 235,56 | | |
| Fornecedores | | | 21 850,28 | | |
| Financiamentos obtidos | | | 125 959,32 | | |
| Outras contas a pagar | | | 110 385,28 | | |
| Ganhos e perdas líquidos: | | | (1 008,50) | | |
| De ativos financeiros | | | (1 020,00) | | |
| De passivos financeiros | | | 11,50 | | |
| Rendimentos e gastos de juros: | | | (3 944,60) | | |
| De passivos financeiros | | | (3 944,60) | | |

Quadro comparativo:

| Descrição | Mensurados ao justo valor | Mensurados ao custo amortizado | Mensurados ao custo | Imparidade acumulada | Reconhecimento Inicial |
|---------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|
| Ativos financeiros: | | | 147 297,21 | | |
| Cientes e utentes | | | 28 215,16 | | |
| Outras contas a receber | | | 119 082,05 | | |
| Passivos financeiros: | | | 167 270,93 | | |
| Fornecedores | | | 34 691,05 | | |
| Financiamentos obtidos | | | 105 239,47 | | |
| Outras contas a pagar | | | 132 579,88 | | |
| Ganhos e perdas líquidos: | | | (713,34) | | |
| De passivos financeiros | | | (713,34) | | |
| Rendimentos e gastos de juros: | | | (3 953,35) | | |
| De passivos financeiros | | | (3 953,35) | | |

12 - Benefícios dos empregados

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|--|---------------|---------------------|
| Gastos com o pessoal | 478 240,16 | 486 307,56 |
| Remunerações do pessoal | 368 457,92 | 354 959,85 |
| Encargos sobre as remunerações | 88 682,76 | 88 574,11 |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 4 213,68 | 4 538,31 |
| Outros gastos com o pessoal, dos quais: | 16 885,80 | 38 235,29 |

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.2. Informação por atividade económica

| Descrição | Atividade CAE 1 | Total |
|---|-----------------|------------|
| Vendas | 24 805,30 | 24 805,30 |
| De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos | 24 805,30 | 24 805,30 |
| Prestações de serviços | 89 429,26 | 89 429,26 |
| Compras | 8 557,75 | 8 557,75 |
| Fornecimentos e serviços externos | 125 476,89 | 125 476,89 |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 8 038,60 | 8 038,60 |
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 8 038,60 | 8 038,60 |
| Gastos com o pessoal | 478 240,16 | 478 240,16 |
| Remunerações | 368 457,92 | 368 457,92 |
| Outros gastos | 109 782,24 | 109 782,24 |
| Ativos fixos tangíveis | | |
| Valor líquido final | 194 428,85 | 194 428,85 |
| Propriedades de investimento | | |

Quadro comparativo:

| Descrição | Atividade CAE 1 | Total |
|--|-----------------|-------|
| Vendas | | |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | | |
| Gastos com o pessoal | | |
| Ativos fixos tangíveis | | |
| Propriedades de investimento | | |

15.3. Informação por mercado geográfico

| Descrição | Mercado Interno | Comunitário | Extra-comunitário | Total |
|-----------------------------------|-----------------|-------------|-------------------|------------|
| Vendas | 24 805,30 | | | 24 805,30 |
| Prestações de serviços | 89 429,26 | | | 89 429,26 |
| Compras | 8 557,75 | | | 8 557,75 |
| Fornecimentos e serviços externos | 125 476,89 | | | 125 476,89 |
| Rendimentos suplementares: | 163,94 | | | 163,94 |
| Outros rendimentos suplementares | 163,94 | | | 163,94 |

Quadro comparativo:

| Descrição | Mercado Interno | Comunitário | Extra-comunitário | Total |
|----------------------------|-----------------|-------------|-------------------|-------|
| Vendas | | | | |
| Prestações de serviços | | | | |
| Rendimentos suplementares: | | | | |

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Existem acordos de pagamento de contribuições que estão a ser regularizados dentro dos prazos normais.

18 - Impostos e contribuições

18.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

| Descrição | Valor Período |
|---|-----------------|
| Resultado antes de impostos do período | 3 645,53 |
| Imposto corrente | |
| Imposto diferido | |
| Imposto sobre o rendimento do período | |
| Tributações autónomas | |
| Taxa efetiva de imposto | |

18.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

| Descrição | Saldo Devedor | Saldo Credor | Saldo Devedor Período Anterior | Saldo Credor Período Anterior |
|--|---------------|------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Imposto sobre o rendimento | | | | |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | | 3 468,75 | | 3 464,50 |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | | 312,96 | | 729,46 |
| Contribuições para a Segurança Social | | 26 101,94 | | 12 466,83 |
| Total | | 29 883,65 | | 16 660,79 |

20 - Fluxos de caixa

20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

| Descrição | Saldo inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|----------------------------|------------------|------------------|----------|------------------|
| Caixa | 773,00 | 9,72 | | 782,72 |
| Depósitos à ordem | 28 624,40 | 25 224,81 | 0,00 | 53 849,21 |
| Outros depósitos bancários | | | | |
| Total | 29 397,40 | 25 234,53 | | 54 631,93 |

Quadro comparativo:

| Descrição | Saldo inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|----------------------------|------------------|---------------|------------------|------------------|
| Caixa | 532,13 | 240,87 | | 773,00 |
| Depósitos à ordem | 39 138,61 | | 10 514,21 | 28 624,40 |
| Outros depósitos bancários | | | | |
| Total | 39 670,74 | 240,87 | 10 514,21 | 29 397,40 |

A Direção

João Carlos

João Manuel de Paiva Lopes

João Miguel Santos

Nuno Paulo dos Santos Almeida

Adriano José

O Contabilista Certificado

Vitor Manuel Jesus Costa

